

Periódicos brasileiros em Educação: adesão a princípios de transparência e boas práticas

The adherence of Brazilian Education journals to transparency and good practice principles

Juliana Aparecida Gulka¹, Lúcia da Silveira², Elaine Rosângela de Oliveira Lucas³

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9940-0332>

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1118-2121>

³ Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2796-3566>

Autor para correspondência/Mail to: Juliana Aparecida Gulka, juliana.gulka@ufsc.br

Recebido/Submitted: 30 de abril de 2024; Aceito/Approved: 25 de junho de 2024



Copyright © 2024 Gulka, Silveira & Lucas. Todo o conteúdo da Revista (incluindo-se instruções, política editorial e modelos) está sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Ao serem publicados por esta Revista, os artigos são de livre uso para compartilhar e adaptar e é preciso dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Mais informações em <http://revistas.ufpr.br/atoz/about/submissions#copyrightNotice>.

Resumo

Introdução: o objetivo da pesquisa foi mapear como os periódicos brasileiros da área de Educação, indexados no Directory of Open Access Journals (DOAJ), atendem aos Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas, documento composto por 16 princípios e elaborado pelo DOAJ, COPE, OASPA e WAME e publicado em língua portuguesa em 2018. **Método:** as revistas analisadas foram obtidas através da extração de metadados do DOAJ, aplicado o filtro em publicações brasileiras da área de Educação, totalizando um corpus de análise composto por 60 periódicos científicos. Para o mapeamento dos periódicos analisados, os 16 princípios foram desdobrados em 34 indicadores, que nortearam a coleta de dados nos sites destes periódicos. **Resultados:** os resultados apontaram que os periódicos brasileiros de Educação indexados no DOAJ, apresentam dificuldades para atender aos princípios relacionados com o arquivamento digital, a alegação de condutas impróprias e ética na publicação. Por outro lado, apresentam bom desempenho em relação à propriedade e gerenciamento, órgão diretivo, cronograma de publicação, acesso e fontes de receita. **Conclusão:** de modo geral, a pesquisa apontou que ainda há necessidade de os periódicos da área de Educação trabalharem melhor os princípios de transparência e boas práticas apresentados, buscando sua adequação e cumprimento.

Palavras-chave: Editoração científica; Ciência Aberta; Ética editorial; Transparência editorial; Boas práticas editoriais.

Abstract

Introduction: the objective of the research was to map how Brazilian journals in the field of Education, indexed in the Directory of Open Access Journals (DOAJ), comply with the Principles of Transparency and Good Practices in Academic Publishing, a document composed of 16 principles and elaborated by DOAJ, COPE, OASPA and WAME and published in Portuguese in 2018. **Method:** the journals analyzed were obtained through DOAJ metadata extraction, applying the filter on Brazilian publications in Education, totaling a corpus of analysis composed of 60 scientific journals. To map the analyzed journals, the 16 principles were broken down into 34 indicators, which guided the data collection from these journals' websites. **Results:** the results pointed out that the Brazilian journals of Education indexed in DOAJ have difficulties in meeting the principles related to digital archiving, the allegation of misconduct and ethics in publishing. On the other hand, they perform well in relation to ownership and management, governing body, publication schedule, access, and revenue sources. **Conclusions:** overall, the research indicated that there is still a need for journals in the field of Education to work better on the principles of transparency and good practices presented, seeking their adequacy and compliance.

Keywords: Scholarly publishing; Ethics of Science; Journals; Editorial policy.

INTRODUÇÃO

A Ciência Aberta busca eliminar algumas barreiras, facilitando o acesso às pesquisas científicas, seus dados, metodologias, softwares e códigos utilizados. Ela aparece como uma evolução natural da comunicação científica, influenciada pelas tecnologias da informação e comunicação, que altera a essência do “fazer ciência”, promovendo a transparência, a colaboratividade, a reutilização e a inclusão social nas produções, fruto desse processo (Silva & Silveira, 2019).

Parâmetros de transparência nas publicações científicas estão relacionados ao maior rigor e integridade do processo de pesquisa, bem como, ao cuidado com a sua reprodutibilidade (Lyon, 2016). Aspectos da Ciência Aberta, incluindo uma maior transparência na condução das pesquisas, abertura de dados e preocupação com a ética, também têm sido implementadas gradativamente por agências de fomento e bases de dados indexadoras, evidenciando as práticas como algo que deve envolver não apenas o autor, mas também outros atores da comunicação científica, como editores de periódicos, que atuam até certa medida como “guardiões da integridade científica dos periódicos que editam” (Serralvo, 2021, p. 2).

De acordo com Alves e Costa (2021), a integridade diz respeito ao comprometimento com a honestidade intelectual e responsabilidade pessoal de ações individuais com uma série de práticas que caracterizam as condutas responsáveis em pesquisa. Pode ser tanto a nível individual quanto coletiva. Ser um pesquisador, autor, avaliador, editor, financiador ou qualquer agente participante do processo científico, exige integridade, pois a falta dela afeta todo o fluxo de informação e de comunicação científica.

A integridade científica permite a confiança na pesquisa publicada e inclui elementos como o rigor, a responsabilidade, a ética, a transparência e a comunicação aberta, que devem estar presentes em todos os passos da investigação como partes fundamentais, pois são as publicações que influenciam em políticas públicas e no próprio desenvolvimento da ciência (Edinburgh Research Office, 2024).

No caso dos editores, Strapazzon (2019) entende que a integridade editorial está vinculada a separar as tomadas de decisões de cunho científico das comerciais, não podendo haver ambiguidade entre ciência e acordos comerciais ou administrativos. Para o autor, o editor não poder ser influenciado pelos proprietários do periódico, ou seja, universidades, institutos, ou editoras comerciais. A integridade do editor pode incluir, por exemplo, as escolhas do licenciamento da revista e do artigo, definindo quem permanece com o direito de publicação e uso do artigo e equilibrando entre o bem comum e o individual. A integridade poder ser visualizada também na escolha adequada de pareceristas, na definição de políticas e na transparência e consistência das ações entre o que está escrito e o que é realizado. Portanto, a decisão dos editores para uma política editorial íntegra deve ser baseada em indicadores de qualidade para o desenvolvimento da ciência e da comunicação científica, e não deve ser influenciada por interesses pessoais (incluindo o de progressão de carreira) ou interesses comerciais.

Para diminuir alguns problemas de transparência e integridade, o movimento mundial de Ciência Aberta também trabalha com a temática, e alguns recursos foram criados e incorporados em instituições para o desenvolvimento ético no processo de comunicação científica. Uma dessas ferramentas são as diretrizes *Transparency and Openness Promotion* (TOP), elaborada para promover a transparência e abertura de dados, criada no ano de 2014, e atualizada em 2015, a qual foi assinada por 4.800 editores de periódicos (Center for Open Science, 2018).

As diretrizes TOP adotam uma escala que vai de zero a três, com diferentes recomendações e com encorajamento para a transparência das informações na política editorial à medida que os níveis de exigência vão subindo. O estímulo para a publicação dos dados de pesquisa é apenas um dos exemplos de boas práticas que um periódico pode adotar em suas políticas editoriais a fim de promover a integridade da ciência em todo seu ciclo comunicacional, com reutilização de dados, e/ou possibilidade de replicar ou reproduzir pesquisas com dados realizados anteriormente. No âmbito das pesquisas educacionais, desde a década de 1980 existem debates que buscam tornar as pesquisas reprodutíveis, amparadas mais recentemente, em princípios da Ciência Aberta para que as publicações sejam abertas ao público, acessíveis, transparentes e promovam uma ciência da Educação baseada em evidências (Van Dijk, Schatschneider, & Hart, 2021). Pesquisadores da área educacional demonstram serem favoráveis a práticas abertas que levariam a maior transparência no processo investigativo, no entanto, possuem baixo conhecimento sobre como efetivamente implementar tais ações na prática (Fleming, Wilson, Espinas, van Dijk, & Cook, 2024). Um estudo realizado com 250 artigos científicos publicados em 2020 em revistas de educação especial mostrou que práticas como a informação da declaração de conflitos de interesse e de financiamento são mais presentes, enquanto o compartilhamento de dados ou códigos, considerada uma prática que requer mais esforço, eram raras ou nem mesmo observadas nas publicações (Cook et al., 2023).

No âmbito dos periódicos científicos da área, os editores-chefes se mostraram favoráveis a incentivar práticas de Ciência Aberta que buscam garantir a transparência e reprodutibilidade das pesquisas, no entanto, há um baixo apoio em relação ao fato de que o periódico deveria exigir essas práticas, ou seja, há uma postura de encorajamento, mas não de obrigatoriedade (Maggin, 2022).

Em um dos únicos estudos encontrados sobre a temática em âmbito brasileiro, realizado nos 500 periódicos da área de Educação, classificados nos mais altos estratos do Qualis Periódicos - Capes (2013-2016), a preocupação com a integridade, transparência e reprodutibilidade das pesquisas submetidas não foi demonstrada nas diretrizes aos autores, aparecendo em apenas um terço dos periódicos avaliados (L. Mercado, Bento, & Silva, 2020). Diante desse contexto, nesta pesquisa, buscou-se mapear como os periódicos brasileiros da área de Educação, indexados no Directory of Open Access Journals (DOAJ), atendem ao documento intitulado 'Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas' (COPE, DOAJ, OASPA and WAME, 2018).

O documento foi publicado pela primeira vez em 2013 e sofreu atualizações em anos subsequentes, sendo a versão 3.0 disponibilizada em 2018 a utilizada como base para o presente artigo. Sua elaboração é de responsabilidade do Committee on Publication Ethics (COPE), Directory of Open Access Journals (DOAJ), Open Access Scholarly Publishers Association (OASPA) e a World Association of Medical Editors (WAME), organizações envolvidas não apenas com a editoração de periódicos científicos, mas com a aplicação e desenvolvimento da Ciência Aberta.

O presente estudo diferencia-se de outras investigações, principalmente porque muitos trabalhos focam em discutir a integridade e transparência em periódicos científicos a partir de aspectos específicos, como o plágio e similaridade de texto (Rocha & Andrade, 2023; Beltrão et al., 2023), ou questões relativamente recentes, como o uso de inteligência artificial (Gomes & Lima, 2023; Ganjavi et al., 2024; Inam et al., 2024), não se concentrando em discutir e avaliar as políticas editoriais dos periódicos de forma mais abrangente em campos específicos. A originalidade da pesquisa se sustenta no fato de que não há outro estudo sobre o tema, considerando a verificação e aderência dos princípios em si e a área de Educação. Tampouco foram encontrados outros estudos que abordem as questões de transparência e boas práticas com metodologia similar ao apresentado neste artigo, ainda que em outras áreas do conhecimento.

Dessa forma, a pesquisa proposta pode contribuir no intuito de apresentar a situação dos periódicos brasileiros, fomentando discussões que visem à implementação e amadurecimento de práticas, políticas e formações no âmbito da integridade, transparência e reprodutibilidade das pesquisas publicadas e na editoração científica.

METODOLOGIA

A pesquisa é do tipo quantitativa com relação aos seus procedimentos e do tipo exploratória quanto aos objetivos, pois visa conhecer qual a situação dos periódicos da área da Educação quanto à adoção de indicadores de transparência e boas práticas para a publicação de periódicos.

O universo selecionado para esta pesquisa consistiu nos periódicos contidos no DOAJ. A escolha baseou-se na maior representatividade em termos de quantidade de periódicos brasileiros da área de Educação indexados. Neste caso, não foi considerado o requisito prestígio e reputação de indexadores ou fontes de informação para escolher o universo, pois a intenção era ter um maior corpus de análise e as outras fontes consultadas não permitiam a extração de dados com os filtros pertinentes (SciELO, Scopus e ERIC) ou, então, apresentavam quantidade inferior ao DOAJ (Web of Science).

Para formar o *corpus* de análise (periódicos), primeiramente, foi extraída uma planilha com os metadados dos 16.067 periódicos indexados no DOAJ. Em seguida, foi efetuado o filtro por país (*Country of Publisher: Brazil*) e por assunto (*Subjects: Education + Education: Education (General)*), compondo um corpus de análise de 60 periódicos. O processo de extração da planilha e seleção de periódicos ocorreu no mês de março de 2021.

Como instrumento de coleta de dados, partiu-se dos 16 princípios que compõe o documento 'Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas' (COPE, DOAJ, OASPA and WAME, 2018) e efetuados desdobramentos que geraram 34 indicadores. Foi utilizada a versão do documento em português.

A coleta de dados se deu manual e individualmente, visitando os websites de cada periódico que compuseram o *corpus* de análise, no período entre 20 e 31 de março de 2021. A coleta foi preferencialmente efetuada a partir do site próprio (institucional) do periódico, no entanto, quando não se encontrava disponível foram utilizados o acesso da revista por meio da SciELO, conforme indicado nos metadados fornecidos pelo DOAJ.

Os dados coletados foram organizados e tabulados por meio de planilhas no software Microsoft Excel. A forma de adesão a cada um dos indicadores recebeu valoração pré-estabelecida, sendo: 1 = sim (atende totalmente o indicador), 0,5 = parcialmente (atende parcialmente o indicador) e 0 = não (não atende o indicador).

A análise dos dados se deu em três momentos: primeiro, foram considerados os resultados para cada um dos 34 indicadores individualmente; em seguida, os dados foram reagrupados dentro dos princípios correspondentes, a fim de se observar o nível de atendimento de cada um dos 16 princípios do documento original; por fim, os quantitativos de indicadores atendidos totalmente ou parcialmente (respeitando sua valoração) foram somados, a fim de se obter um ranking dos periódicos que demonstre maior adesão ao documento 'Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas' (COPE, DOAJ, OASPA and WAME, 2018).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresentará os resultados do mapeamento realizado nos 60 periódicos brasileiros da área da Educação, indexados no DOAJ. Inicialmente, serão apresentados os resultados individuais dos 34 indicadores propostos e, posteriormente, os resultados agrupados em cada um dos 16 princípios, para uma visão global ao documento. Por fim, será apresentado um ranking com as revistas, a partir da sua adesão aos princípios e indicadores estabelecidos.

Visando discutir os resultados com mais coerência, os indicadores correspondentes a cada princípio foram categorizados em três grupos: Grupo A - aspectos básicos de identificação e funcionamento do periódico (Tabela 1); Grupo B - ética e direitos autorais (Tabela 2); e Grupo C - marketing e divulgação (Tabela 3). Cada um dos grupos será detalhado na sequência.

Aspectos básicos de identificação e funcionamento do periódico			
Princípio 1. Website			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
A revista possui foco e escopo claro?	85,0	11,7	3,3
A revista informa o público-alvo?	41,7	18,3	40,0
O ISSN aparece em lugar claro?	90,0	0,0	10,0
A revista apresenta políticas de seção?	55,0	41,7	3,3
Princípio 2. Nome da revista			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
O nome da revista é específico e claro, não passível de confusão com outro periódico ou que possa enganar potenciais autores e leitores sobre a origem ou a ligação com outras revistas?	85,0	10,0	5,0
Princípio 3. Processo de avaliação pelos pares			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
O periódico informa como é feito o processo de avaliação por pares?	86,7	10,0	3,3
O periódico informa o tempo médio de avaliação?	33,3	1,7	65,0
Princípio 4. Propriedade e gerenciamento			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
Os nomes dos proprietários e/ou gestores (instituição) da revista estão informados no site?	96,7	0,0	3,3
Princípio 5. Órgão diretivo			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
A revista possui um conselho editorial?	96,7	1,7	1,7
Os membros do conselho editorial possuem seus nomes completos e afiliações no site?	93,3	3,3	3,3
Princípio 6. Contato da equipe editorial			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
A revista informa o nome completo dos editores, com afiliações?	93,3	3,3	3,3
A revista informa o endereço completo de sua sede e o contato?	91,7	8,3	0,0
Princípio 8. Taxas para autores			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
O periódico informa sobre a presença ou ausência de taxas para submissão ou publicação de manuscritos?	81,7	3,3	15,0
Princípio 11. Cronograma de publicação			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
O periódico indica claramente sua periodicidade no site?	96,7	0,0	3,3
Princípio 12. Acesso			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
O periódico informa o tipo de disponibilização de seus artigos para os leitores, com a indicação de taxas de assinatura/visualização, se for o caso?	93,3	0,0	6,7
Princípio 13. Arquivamento			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
O periódico indica se há o arquivamento ou backup de seu conteúdo, para preservação a longo prazo?	48,3	3,3	48,3

Tabela 1. Grupo A - aspectos básicos de identificação e funcionamento do periódico – resultados por indicador (em porcentagem)

Os princípios 1 a 6 indicam aspectos básicos de identificação e funcionamento de um periódico científico. Estão incluídos aqui os indicadores relacionados ao nome do periódico, que não deve apresentar duplo sentido ou ser passível de ser confundido com outro título, foco e escopo claros, informações de público-alvo, presença de ISSN no site, descrição de políticas de seção, identificação de responsáveis pelo gerenciamento e processo editorial e a

descrição do processo de avaliação pelos pares de forma detalhada, incluindo o tempo médio de avaliação de manuscritos.

Por se tratar de informações inerentes ao cerne de qualquer periódico científico, esperava-se que os índices de atendimento a todos os indicadores do Grupo A superassem os 90%. No entanto, apesar dos princípios 4, 5 e 6 terem atingido tal marca, evidenciou-se que ainda há espaço de melhoria no detalhamento de informações básicas e primordiais do processo editorial. No que tange aos sites dos periódicos, ele é a porta de entrada para leitores e potenciais autores, por isso, precisa apresentar as informações de modo completo e claro. Conforme afirma Zhilavskaya (2021, p. 5, tradução nossa) “transparência, eficácia tecnológica, acessibilidade e confiabilidade das informações - estes são os princípios fundamentais para a construção de um site de revista científica”.

Chama a atenção, em especial, o princípio 3, que trata especificamente do processo de avaliação pelos pares. Notou-se, durante a coleta de dados, que os periódicos informam que fazem a revisão por pares (86,7%), no entanto, muitas vezes não informam os possíveis desfechos deste processo e o tempo médio de avaliação, indicador que não é atendido por 65% dos periódicos pesquisados. Na área de Educação, há pouca discussão na literatura sobre a prática da avaliação por pares, ficando a temática a cargo de fóruns de discussão ou artigos de opinião (Fare & Rovelli, 2023). Talvez, por conta dessa abordagem ainda incipiente na área, haja uma descrição incompleta dos procedimentos nas páginas dos periódicos. No entanto, a falta de clareza impede os autores de saberem o que ocorre com o manuscrito após a submissão, e esse é um ponto de atenção que necessita de melhor descrição e detalhamento.

Ainda no rol de princípios básicos, o princípio 8 trata de taxas para recebimento, processamento e publicação de artigos, o princípio 9, sobre a periodicidade de publicação, e o princípio 12 sobre acesso: todos parecem estar bem consolidados, com os indicadores sendo atendidos pelos periódicos e as informações sendo apresentadas em seus websites.

Em relação ao arquivamento, expresso no princípio 13, 48,3% das revistas analisadas pensam na preservação digital a longo prazo, a maioria delas utilizando a Rede Cariniana ou o Lockss. Em contrapartida, outras 48,3% não fazem qualquer menção à forma de arquivamento em suas políticas editoriais. Presume-se que, talvez, um número maior de periódicos atenda essa boa prática, pois ela se relaciona intimamente com questões técnicas do sistema utilizado, que muitas vezes são atendidas de forma institucional.

A relevância do atendimento desse requisito está em relação ao acesso aos artigos científicos quando ocorre algum tipo de avaria, vírus, ataque por hackers, ou problema com o sistema de gerenciamento de editoração, falhas que, se ocorrerem, podem ser minimizadas e os dados recuperados mais facilmente caso o periódico seja associado, por exemplo, a Rede Cariniana ou a Rede Lockss, que já possuem estruturas tecnológicas que distribuem os dados entre regiões, garantindo a preservação.

O documento ‘Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas’ (COPE, DOAJ, OASPA and WAME, 2018) não aborda claramente a questão do arquivamento digital e preservação da parte administrativa da revista. Com a constante atualização dos sites e sistemas de gestão dos periódicos, perde-se muita informação relacionada à evolução das políticas e equipes editoriais, gerando uma espécie de apagamento da memória institucional do periódico. Para além da preservação dos artigos científicos, como já mencionado, existem algumas soluções como a ferramenta Conifer, que tem como propósito fazer o arquivamento a longo prazo do site da revista de forma navegável. A diferença entre o tipo de preservação digital feita pela Rede Cariniana, Lockss e a Conifer, é que as duas primeiras preservam documentos do tipo PDF ou formatos de arquivos predeterminados, enquanto a terceira preserva e arquiva a navegação e conteúdo das páginas (Santos, Formenton, & Terrada, 2022).

Na sequência serão discutidos os resultados por indicador em relação aos princípios relacionados a aspectos de ética e direitos autorais (Tabela 2).

Aspectos de ética e direitos autorais			
Princípio 7. Direitos autorais e licenciamento			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
As diretrizes para autores apresentam as políticas de direitos autorais?	85,0	10,0	5,0
O licenciamento do conteúdo aparece no site?	78,3	18,3	3,3
Os termos do licenciamento estão inseridos nos artigos?	35,0	26,7	38,3
O periódico informa o que é possível fazer com o conteúdo publicado?	46,7	20,0	33,3
Princípio 9. Processo para identificação e tratamento de alegações de condutas impróprias			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
Existe uma política editorial sobre condutas impróprias de publicação e seus desdobramentos, explícita aos autores?	26,7	28,3	45,0
Princípio 10. Ética na publicação			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
O periódico possui em sua política editorial orientações sobre autoria e contribuições?	28,3	20,0	51,7
O periódico possui em sua política editorial orientações sobre reclamações e recursos?	16,7	11,7	71,7
O periódico possui em sua política editorial orientações sobre conflitos de interesse?	25,0	15,0	60,0
O periódico possui em sua política editorial orientações sobre compartilhamento de dados e reprodução?	10,0	10,0	80,0
O periódico possui em sua política editorial orientações sobre supervisão ética?	40,0	5,0	55,0
O periódico possui em sua política editorial orientações sobre propriedade intelectual?	61,7	26,7	11,7
O periódico possui em sua política editorial orientações sobre correções pós-publicação?	30,0	3,3	66,7

Tabela 2. Grupo B - aspectos de ética e direitos autorais – resultados por indicador (em porcentagem)

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelas autoras.

Em relação ao princípio 7, sobre direitos autorais e licenciamento, a maioria das revistas informa sobre a política de direitos autorais (85%) e adoção de alguma licença *Creative Commons* (CC) (78,3%). Para análise deste princípio, no procedimento de coleta de dados, foi definido que quando a licença está disponível apenas como imagem dentro dos PDFs dos artigos do periódico, o atendimento ao indicador de licenciamento presente nos artigos foi considerado ‘atendido parcialmente’. Entretanto, 38,3% dos periódicos analisados não apresentam qualquer tipo de informação de licenciamento dentro dos arquivos dos artigos publicados. Em um universo onde os artigos são baixados individualmente em bases de dados, pode-se dizer que ganham vida própria, e é bastante difícil que o leitor siga até o site do periódico para descobrir o que é possível fazer com o material que tem em mãos. Dessa forma, é pertinente que o artigo traga em si mesmo o máximo de informações possível.

Outro ponto observado durante a coleta foi de que, em alguns casos, a licença CC apresentada dentro dos artigos não é a mesma mostrada no site da revista. A escolha do tipo de licença mais adequada e o entendimento sobre como funcionam os direitos autorais quando relacionados à publicação de artigos científicos é, de modo geral, objeto de incertezas dentro do cenário da comunicação científica, pois mesmo as diferentes declarações de acesso aberto e bases de dados indexadoras se contradizem ou fazem recomendações diferentes (Canto, Muriel-Torrado, & Pinto, 2020), o que pode ter influenciado na dificuldade em cumprir esse princípio em sua totalidade. Quanto a informar as permissões que envolvem o conteúdo publicado, como autoarquivamento em repositórios institucionais e páginas pessoais, o indicador é cumprido por 46,7% dos periódicos analisados. Em contrapartida, 33,3% das revistas não possuem informações suficientes para que os autores e leitores entendam as possibilidades de reuso do material publicado. A contextualização da permissão de uso e reuso da obra, dos métodos, dos mesmos instrumentos da pesquisa, entre outros, afetam as futuras pesquisas e as escolhas de outros autores de tomar a decisão de usar ou não o trabalho, incluindo os dados. Tornar a licença transparente e explicativa é condição mínima para futuras colaborações, replicação, reprodução, uso, divulgação e preservação da pesquisa, ou seja, afeta todo o ciclo de continuidade da investigação.

Na sequência, os princípios 9 e 10 tratam, respectivamente, do processo para identificação e tratamento de alegações de condutas impróprias e ética na publicação. O princípio 9 refere-se a uma política editorial que discorra sobre condutas impróprias e seus desdobramentos, em que se espera uma seção na política editorial

específica para esse tema detalhando o que é má conduta, a definição dos tipos de má conduta (republicação, plágio, falsificação de dados, etc.) e especificando quais as consequências para os autores, e como os editores irão proceder em caso de identificação de tais práticas. Os resultados mostraram que 45% das revistas não possuem essa informação; 28,3% mencionam brevemente ou de forma incompleta que cuidam desses aspectos (atendimento parcial) e apenas 26,7% atendem totalmente a esse princípio.

O princípio 10, que trata de ética na publicação, recebe pouca atenção dos periódicos da área de Educação, pois não expressam em suas políticas editoriais o que é realizado para atender o conjunto de indicadores sobre o tema, necessitando orientações sobre más condutas e suas consequências para autores, avaliadores, editores e demais plataformas parceiras. Não abrir espaço ou tomar consciência sobre um conjunto mínimo de critérios que garantam a integridade das publicações pode comprometer não apenas a comunidade científica, mas toda a sociedade, o que reflete na responsabilidade de todos os atores envolvidos nesse fluxo de comunicação, de autores a editores (Gulka & Lucas, 2018).

De acordo com a Tabela 2, pouco mais da metade (51,7%) não tem orientação de contribuições de autoria, ou seja, não identifica os diferentes papéis de autoria aceitos no periódico. L. P. L. Mercado e Rêgo (2023) trazem a existência de conflitos de autoria como implicações para a pesquisa em Educação, ameaçando a integridade e ética. Para os autores, as políticas editoriais dos periódicos devem apresentar normas disciplinares sobre a atribuição de autoria que devem ser seguidas no momento da submissão dos manuscritos.

Para auxiliar os autores na definição da contribuição, o *International Workshop on Contributorship and Scholarly Attribution Contributor* (CRediT) descreveu, em 2012, 14 diferentes formas de colaboração, prática que foi formalizada em 2022 pela *Consortia Advancing Standards in Research Administration* (CASRAI) e *National Information Standards Organization* (NISO) (McGonagle-O'Connell, 2022). No Brasil, as iniciativas são dispersas, apenas alguns periódicos e portais de periódicos adotam essa conduta. No entanto, plataformas internacionais como Elsevier, *Oxford University Press*, *Public Library of Science* (Plos), SAGE, *Springer*, *Wiley* e financiadores como Wellcome Trust e a Fundação Bill e Melinda Gates, já implementaram essa norma. Ao seguir essa conduta, os periódicos promovem não apenas a educação dos autores em relação ao cumprimento de aspectos éticos, mas também aumentam a transparência e a confiabilidade da pesquisa.

Ainda em relação à Tabela, 2, 71,7% dos periódicos não orientam os autores, avaliadores e editores sobre conflitos de interesse; 80% não explicam sobre políticas de abertura de dados científicos; 55% não estimulam ou solicitam os comprovantes de aprovação por Comitês de Ética e 66,7% não fornecem instruções para reclamações, recursos e correções pós-publicação. O indicador com maior adesão dos periódicos é o de propriedade intelectual, com atendimento de 61,7% das revistas analisadas.

Quanto à abertura de dados científicos na área de Educação, Cook et al. (2023) encontraram em seu estudo uma baixa proporção de artigos científicos que compartilhavam os dados (somente 1,5%) e comentam que essa prática requer, além de esforço e planejamento, uma mudança na forma de se fazer pesquisa dentro do campo. Logan, Hart, e Schatschneider (2021) explicam que, muito provavelmente, os pesquisadores da área não entendem os benefícios desse movimento, ou, ainda, não recebem orientações formais de como fazê-lo, e, por isso, não sabem como disponibilizar seus dados de pesquisa adequadamente. Silveira (2023) determina 22 elementos para auxiliar na estrutura de política editorial para a disponibilização de dados, incluindo instruções para o tipo de licença, as citações a dados, indicação de repositório de dados, determinação de quando depositar os dados, que tipo de restrição/exceção terão os dados, bem como orientações aos autores para a reprodutibilidade, a replicabilidade, entre outros itens. Uma política editorial estruturada por parte dos periódicos poderia auxiliar nessas lacunas, promovendo a educação dos pesquisadores neste tema, ao mesmo tempo em que trabalha em prol da transição para a Ciência Aberta.

A seguir, a tabela 3 apresenta os resultados por indicador relacionados aos aspectos de marketing e divulgação dos periódicos estudados.

Aspectos de marketing e divulgação			
Princípio 14. Fontes de receita			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
O periódico indica quem são seus patrocinadores e apoiadores?	98,3	0,0	1,7
Princípio 15. Publicidade			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
Existe alguma propaganda ou anúncio no site da revista?	1,7	0,0	98,3
Caso haja, os anúncios são mantidos separados do material publicado?	1,7	0,0	0,0
Caso haja anúncio, existe uma política de publicidade explicitada no site da revista?	0,0	0,0	1,7
Princípio 16. Marketing direto			
Indicadores	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
A revista possui chamadas de artigos claras e direcionadas em seu site?	63,3	11,7	25,0
A revista informa os links para suas mídias sociais oficiais ou outros canais de divulgação?	25,0	0,0	75,0

Tabela 3. Grupo C - aspectos de marketing e divulgação – resultados por indicador (em porcentagem)

Quanto às fontes de receita, 98,3% dos periódicos apresentam essa informação de responsabilidade em seus sites. Tal informação é geralmente relacionada à instituição a qual os periódicos são vinculados, bem como a agências de fomento que, por meio de editais específicos, apoiam financeiramente publicações científicas.

Em relação à publicidade, cabe explicar que os 98,3% de periódicos que não atendem ao primeiro indicador do princípio 15, não o fazem porque não veiculam qualquer tipo de propaganda em seus sites, refletindo também nos demais indicadores. Para este princípio foi percebida a necessidade de ajuste na forma de checagem dos indicadores, apontando para a obrigação de reparação no instrumento de coleta de dados em estudos futuros para resultados mais precisos.

Quanto ao princípio 16, marketing direto, os indicadores apontaram que a maioria dos periódicos (63,3%) informam com clareza sobre chamadas de artigos em seus sites. Quanto a indicar outros canais, como mídias sociais, alguns periódicos não os têm, operando apenas com o site institucional, o que pode indicar uma menor adesão ao indicador e refletir negativamente no princípio.

A tabela 4 mostra os resultados da pesquisa agrupados por princípios, a fim de dar um panorama global à adesão dos periódicos analisados ao documento ‘Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas’ (COPE, DOAJ, OASPA and WAME, 2018).

Atendimento aos Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas			
Princípios	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende
1 Website	67,9	17,9	14,2
2 Nome da revista	85,0	10,0	5,0
3 Processo de avaliação pelos pares	60,0	5,8	34,2
4 Propriedade e gerenciamento	96,7	0,0	3,3
5 Órgão diretivo	95,0	2,5	2,5
6 Contato da equipe editorial	92,5	5,8	1,7
7 Direitos Autorais e Licenciamento	61,3	18,8	20,0
8 Taxas para autores	81,7	3,3	15,0
9 Processo para identificação e tratamento de alegações de condutas impróprias	26,7	28,3	45,0
10 Ética na publicação	30,2	13,1	56,7
11 Cronograma de publicação	96,7	0,0	3,3
12 Acesso	93,3	0,0	6,7
13 Arquivamento	48,3	3,3	48,3
14 Fontes de receita	98,3	0,0	1,7
15 Publicidade	1,1	0,0	33,3
16 Marketing direto	44,2	5,8	50,0

Tabela 4. Cumprimento dos Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas pelas revistas brasileiras da área de Educação indexadas no DOAJ – resultado agrupado por princípio (em porcentagem)

Destaca-se que os itens que mais necessitam atenção da área de Educação para o atendimento da transparência e boas práticas dos periódicos da área estão relacionados à ‘descrição do processo para identificação e tratamento de alegações de condutas impróprias’, como recursos que norteiam as tomadas de decisões, como, por exemplo, reportar aos manuais e guias do COPE, e descrever os ‘procedimentos editoriais para a ética na publicação’. Outros pontos de atenção seriam o detalhamento do ‘processo de avaliação por pares’, incluindo seus desfechos e tempo médio de avaliação dos artigos e atentar para o ‘arquivamento do conteúdo científico e administrativo do periódico’, visando a preservação digital a longo prazo.

A tabela 5 apresenta a lista com os dez periódicos mais bem posicionados com respeito à adesão ao documento ‘Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas’ (COPE, DOAJ, OASPA and WAME, 2018). A incidência de indicadores atendidos totalmente e parcialmente (respeitando seus valores) foram somados a fim de se obter a classificação apresentada.

Ranking de adesão aos Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas				
Posição	Título da Revista	Total	Parcial	Acumulado
1	Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional	25	4	27
2	Revista Textura	24	5	26,5
3	Educação & Sociedade	25	2	26
4	Revista Brasileira de Educação do Campo	25	2	26
5	Educa	24	4	26
6	Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências	23	6	26
7	Zero-a-seis	25	1	25,5
8	Educação & Realidade	24	3	25,5
9	Educação Unisinos	24	3	25,5
10	Revista Exitus	24	3	25,5

Tabela 5. Ranking dos periódicos classificados em relação a adesão aos Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas pelas revistas brasileiras da área de Educação indexadas no DOAJ

Na análise dos 60 periódicos que compuseram o corpus da pesquisa, das quais foram elencadas as 10 com maior adesão, a revista mais bem posicionada no ranking, seguindo a metodologia desenvolvida para este estudo, foi a ‘Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional’ com acúmulo de 27 pontos, sendo 25 pontos conquistados por atender totalmente 25 dos 34 indicadores e 2 pontos por atender parcialmente 4 indicadores.

Não há grande variação de pontuação entre os periódicos listados. A décima colocada do ranking, ‘Revista Exitus’, possui acúmulo de 25,5 pontos, sendo 24 pontos conquistados por atender totalmente 24 dos 34 indicadores e 1,5 pontos por atender parcialmente 3 indicadores.

Percebe-se que a revista com maior adesão não atinge 80% de atendimento ao documento ‘Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas’. Nenhuma das revistas que compuseram o *corpus* da pesquisa atendeu totalmente aos princípios ou zerou o cumprimento dos indicadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida com os periódicos brasileiros da área de Educação indexados no DOAJ, com intuito de mapear o grau de adesão ao documento intitulado ‘Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas’ evidenciou que ainda há um longo caminho a percorrer quando se trata, sobretudo, de aumentar a transparência dos processos editoriais, alinhar às iniciativas de Ciência Aberta e dar conta de aspectos de ética e integridade nas publicações, o que vai ao encontro do estudo de L. Mercado et al. (2020), que encontrou resultados semelhantes aos dessa pesquisa.

A reflexão sobre a não adesão a vários dos princípios pelos periódicos analisados, nos traz a possibilidade do desconhecimento do documento por parte das equipes editoriais da área. Por outro lado, mesmo para equipes que conhecem o documento, talvez a dificuldade em atender aos indicadores propostos esteja em como operacionalizá-los e aplicá-los na prática editorial, já que dizem respeito a uma série de temas que requerem conhecimentos específicos para adequação dos periódicos. De qualquer modo, acredita-se que a adesão aos princípios apresentados no documento perpassa pela qualificação das equipes editoriais por meio de formações.

Quanto ao documento utilizado como base para a elaboração dos indicadores, os ‘Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas’ poderiam incorporar os elementos das diretrizes *Transparency and Openness Promotion* (TOP) para atender requisitos de abertura de dados científicos e para incentivar os editores a incluir em suas políticas editoriais a possibilidade de publicação de pesquisas com características de replicabilidade e/ou reprodutibilidade. Outros princípios que poderiam ser incluídos no documento são o uso de

linguagem inclusiva (descrição de imagens), questões de gênero no trabalho editorial de autores, avaliadores e editores e a indicação do uso do CRediT para contribuições de autoria.

Como sugestão de pesquisas futuras é interessante ampliar o escopo do estudo para outras áreas do conhecimento, a fim de se ter outros mapeamentos que possibilitem um paralelo entre diferentes áreas e percebendo se as lacunas encontradas na área da Educação também se refletem em periódicos de áreas distintas, bem como a criação de um instrumento que operacionalize de forma prática a aplicação dos Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas. Outra sugestão é a realização de cruzamento de dados para verificar se a adesão ao documento implica em indexações mais consistentes, já que há movimentos de bases de dados como a SciELO, por exemplo, para abertura e transparência das políticas editoriais, promovendo o alinhamento com a Ciência Aberta.

REFERÊNCIAS

- Alves, C. P. d. L., & Costa, G. G. d. (2021). Transparência e integridade em pesquisa: dos problemas às potenciais soluções. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 24(11), e210239. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562021024.210239>
- Beltrão, J. F., da Cruz Silva, T., & da Silva, N. L. L. (2023). Controle de qualidade e arbitragem em editoração científica: formas de plágio em periódico da área de ciências humanas. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 16(2), 365–583. doi: <https://doi.org/10.26512/rici.v16.n2.2023.46876>
- Canto, F. L., Muriel-Torrado, E., & Pinto, A. L. (2020). Direitos de autor e licenças creative commons para periódicos científicos de acesso aberto. In *Gestão editorial de periódicos científicos* (p. 81–104). BU Publicações. doi: <https://doi.org/10.5007/978-65-87206-08-0/3>
- Center for Open Science. (2018). *Transparency and openness promotion guidelines*. Center for Open Science. Recuperado de <https://www.cos.io/initiatives/top-guidelines>
- Cook, B. G., van Dijk, W., Vargas, I., Aigotti, S. M., Fleming, J. I., McDonald, S. D., ... Johnson, R. M. (2023). A targeted review of open practices in special education publications. *Exceptional Children*, 89(3), 238–255. doi: <https://doi.org/10.1177/00144029221145195>
- COPE, DOAJ, OASPA and WAME. (2018). *Princípios de transparência e boas práticas em publicações acadêmicas*. Recuperado de https://docs.google.com/document/d/12CQy0V4OT6bH5apdjrIUrYZmpHzzjM_52L5VgtufwNE/edit#heading=h.gptqk5no00o5
- Edinburgh Research Office. (2024). *What is research integrity?* The University of Edinburgh. Recuperado de <https://www.ed.ac.uk/research-office/research-integrity>
- Fare, M. L., & Rovelli, L. (2023). Avaliação por pares e ética na pesquisa: debates atuais. In *Ética e pesquisa em educação: subsídios* (p. 37–47). Anped. Recuperado de https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/3Etica-e-Pesquisa-em-Educacao_Volume-3_2023-1.pdf
- Fleming, J. I., Wilson, S. E., Espinas, D., van Dijk, W., & Cook, B. G. (2024). Special education researchers' knowledge, attitudes, and reported use of open practices. *Remedial and Special Education*, 07419325241237268. doi: <https://doi.org/10.1177/07419325241237268>
- Ganjavi, C., Eppler, M. B., Pekcan, A., Biedermann, B., Abreu, A., Collins, G. S., ... Cacciamani, G. E. (2024). Publishers' and journals' instructions to authors on use of generative artificial intelligence in academic and scientific publishing: bibliometric analysis. *bmj*, 384, e077192. doi: <https://doi.org/10.1136/bmj-2023-077192>
- Gomes, G. A., & de Lima, M. C. (2023). Questões preliminares sobre as orientações dos periódicos para o uso das inteligências artificiais no processo de escrita científica. In *Anais do abec meeting 2023*. Foz do Iguaçu, Brasil: ABEC. doi: [10.21452/abecmeeting2023.204](https://doi.org/10.21452/abecmeeting2023.204)
- Gulka, J. A., & Lucas, E. R. O. (2018). O bibliotecário enquanto personagem na contribuição para a ética em periódicos científicos. In *Reflexões sobre ética na gestão da informação. Florianópolis, sc: Udesc* (p. 213–234). Editora UDESC.
- Inam, M., Sheikh, S., Minhas, A. M. K., Vaughan, E. M., Krittanawong, C., Samad, Z., ... others (2024). A review of top cardiology and cardiovascular medicine journal guidelines regarding the use of generative artificial intelligence tools in scientific writing. *Current Problems in Cardiology*, 49(3), 102387. doi: <https://doi.org/10.1016/j.cpcardiol.2024.102387>
- Logan, J. A., Hart, S. A., & Schatschneider, C. (2021). Data sharing in education science. *AERA open*, 7, 23328584211006475. doi: <http://doi.org/10.1177/23328584211006475>
- Lyon, L. (2016). Transparency: The emerging third dimension of open science and open data. *LIBER Quarterly: The Journal of the Association of European Research Libraries*, 25(4), 153–171. doi: <http://doi.org/10.18352/lq.10113>
- Maggin, D. M. (2022). Journal editor and associate editor perspectives on research reproducibility and open science. *Remedial and Special Education*, 43(3), 135–146. doi: <https://doi.org/10.1177/07419325211017294>
- McGonagle-O'Connell, A. (2022). *Contributor roles taxonomy (credit) formalized as ansi/niso standard*. CRediT. Recuperado de <https://credit.niso.org/press-releases/contributor-roles-taxonomy-credit-formalized-as-ansi-niso-standard/>
- Mercado, L., Bento, J. M., & Silva, L. F. T. (2020). Research integrity in scientific guidelines to authors submitting manuscripts to qualis periodicals a1 and a2 in the education area. *Research Integrity and Peer Review*, 5(4). doi: <https://doi.org/10.1186/s41073-020-0090-6>
- Mercado, L. P. L., & Rêgo, A. P. M. (2023). Autoria e propriedade intelectual. In *Ética e pesquisa em educação: subsídios* (p. 48–62). Anped. Recuperado de https://anped.org.br/wp-content/uploads/2024/05/3Etica-e-Pesquisa-em-Educacao_Volume-3_2023-1.pdf
- Rocha, E. S. S., & Andrade, D. R. d. S. (2023). Integridade científica nos periódicos de ciência da informação: análise de conteúdo das diretrizes para submissão de artigos. *Transinformação*, 35, e220017. doi: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202335e220017>
- Santos, G. C., Formenton, D., & Terrada, G. A. F. (2022). Modelo de arquivamento de páginas web para portais de periódicos: um relato de pesquisa no portal de periódicos da unicamp. *Revista Brasileira de Preservação Digital*, 3, e022001–e022001. doi: <http://dx.doi.org/10.20396/rebpred.v3i00.16017>
- Serralvo, F. A. (2021). Ética na ciência: conduta e boas práticas do pesquisador para a integridade científica. *Revista Administração em Diálogo*, 23(1), 1–9. doi: <https://doi.org/10.23925/2178-0080.2021v23i1.52960>
- Silva, F. C. C. d., & Silveira, L. d. (2019). O ecossistema da ciência aberta. *Transinformação*, 31, e190001. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/2318-0889201931e190001>
- Silveira, L. d. (2023). *Políticas editoriais de periódicos no ecossistema da ciência aberta: impactos da avaliação por pares aberta, preprint e dados abertos* (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Recuperado de <http://hdl.handle.net/10183/265494>
- Strapazzon, C. L. (2019). Diretrizes do cope para o trabalho de editores de periódicos científicos. *Espaço Jurídico: Journal of Law*, 20(1), 7–20. doi: <https://doi.org/10.18593/ejll.21263>
- Van Dijk, W., Schatschneider, C., & Hart, S. A. (2021). Open science in education sciences. *Journal of Learning Disabilities*, 54(2), 139–152. doi: <https://doi.org/10.1177/0022219420945267>

Zhilavskaya, I. (2021). Media competence of an editor as a factor of the effective promotion of scientific journals in the international information environment. In *Journal of physics: Conference series* (v. 1745, p. 012027). doi: <https://doi.org/10.1088/1742-6596/1745/1/012027>

Como citar este artigo (APA):

Gulka, J. A., Silveira, L. & Lucas, E. R. O. (2024). Periódicos brasileiros em Educação: adesão a princípios de transparência e boas práticas. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 13, 1 – 13. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v13.95344>

NOTAS DA OBRA E CONFORMIDADE COM A CIÊNCIA ABERTA

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Papéis e contribuições	Juliana Aparecida Gulka	Lúcia da Silveira	Elaine Rosângela de Oliveira Lucas
Concepção do manuscrito	X		X
Escrita do manuscrito	X	X	
Metodologia	X		X
Curadoria dos dados	X		X
Discussão dos resultados	X	X	
Análise dos dados	X	X	X

EQUIPE EDITORIAL

Editora/Editor Chefe

Paula Carina de Araújo (<https://orcid.org/0000-0003-4608-752X>)

Editora/Editor Associada/Associado Júnior

Karolayne Costa Rodrigues de Lima (<https://orcid.org/0000-0002-6311-8482>)

Editora/Editor de Texto Responsável

Seção de Apoio às Publicações Científicas Periódicas - Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná - UFPR

Editora/Editor de Layout

Felipe Lopes Roberto (<https://orcid.org/0000-0001-5640-1573>)